

Câmara Municipal de Pouso Alegre

Estado de Minas Gerais

- F-C Assessoria Jurídica
 F-C Comissão de Legislação, Justiça e Redação
F-C Comissão de Ordem Social
 F-C Comissão de Administração Pública
 F-C Comissão de Administração Financeira e Orçamentária
F-C Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência e da Pessoa Idosa
F-C Comissão de Saúde, Meio Ambiente e Proteção Animal
F-C Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Lazer
F-C Comissão de Defesa dos Direitos do Consumidor

PROJETO DE LEI Nº 1.283/2022

Às Comissões, em 15/02/2022

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64.

Autor: Poder Executivo

Quórum:

- (X) Maioria Simples
 () Maioria Absoluta
 () Maioria Qualificada

Anotações: Requerimento nº 10/2022 - única votação - aprovado na Sessão Ordinária de 15/02/2022, por 10 votos a 4.

1ª Votação	2ª Votação	Única Votação
Proposição: _____	Proposição: _____	Proposição: <u>Aprovado</u>
Por _____ votos	Por _____ votos	Por <u>13 x 01</u> votos
em ____ / ____ / ____	em ____ / ____ / ____	em <u>15 / 02 / 2022</u>
Ass.: _____	Ass.: _____	Ass.: <u>[assinatura]</u>



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

PROJETO DE LEI Nº 1.283 / 2022

AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64.

Autor: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário especial, para criação de dotações orçamentárias na LOA/2022 com recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 19.187.719,70 (dezenove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) abaixo discriminado.

Função	Sub Função	Programa	Projeto/Atividade	Elemento	Descrição	Fonte	Valor
0026	0782	0013	2652	3336045	Subvenção ao transporte Coletivo	2001001	R\$ 15.886,69
0013	0392	0005	2079	3339039	FUNDO MUNICIPAL PATRIMÔNIO CULTURAL DE POUSO ALEGRE - FUMPAC	2001001	R\$ 478.548,07
0013	0392	0013	0002	3335041	CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	2001001	R\$ 21.179,57
0015	0451	0029	1160	3449051	PAVIMENTAÇÃO/RECAPEAMENTO E DRENAGEM DA RUA ANTONIO SCODELER	2001001	R\$ 617.508,94
0020	0608	0012	1155	3449052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - CONVÊNIO	2001001	R\$ 122.859,89
0027	0812	0036	1141	3339093	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	2001001	R\$ 926,50
0015	0451	0029	1077	3449051	Programa Avançar Cidades Implantação de Drenagem urbana no bairro primavera	2001001	R\$ 2.574,52
0015	0451	0029	1072	3449051	Obras de Implantação da Avenida Faisqueira	2001001	R\$ 20.293,04
0027	0812	0036	1184	3449051	Reforma do Ginásio Poliesportivo	2001001	R\$ 22.337,19
008	0244	0025	2047	3319011	Manutenção do Auxílio Financeiro no enfrentamento à COVID 19	2613085	R\$ 90.015,56
0017	0512	0031	1101	3339039	Equipamentos e Material Permanente para Elaboração e Revisão de Planos e Legislação Municipal	2701011	R\$ 150.000,00
0017	0512	0031	1096	3339039	Obras de Construção e Recuperação	2701011	R\$ 263.624,64



CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE
Estado de Minas Gerais

					Ambiental			
0017	0512	0031	1096	3339039	Obras de Construção e Recuperação Ambiental	2701002	R\$	480.630,18
0017	0512	0031	1101	3339039	Equipamentos e Material Permanente para Elaboração e Revisão de Planos e Legislação Municipal	2701002	R\$	500.000,00
0026	0781	0042	2194	3339039	Manutenção de Atividades Aeroportuárias	2701003	R\$	66.796,26
0018	0541	0031	2095	3339039	Conservação, Preservação e Recuperação Ambiental	2701005	R\$	60.667,86
008	0244	0025	2025	3339039	Fundo da Infância e Adolescência	2701006	R\$	1.625.935,43
008	0244	0025	2025	3339030	Fundo da Infância e Adolescência	2701006	R\$	50.000,00
008	0541	0031	2095	3339039	Conservação, Preservação e Recuperação Ambiental	2701012	R\$	95.838,41
0015	0451	0029	2092	3449052	Manutenção do Departamento de Infraestrutura	2704000	R\$	51.304,11
0011	0010	0122	0002	3449061	Aquisição de Imóveis	2001001	R\$	12.000.000,00
0026	0782	0041	2197	3339039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRÂNSITO - FUNTRAN	2574001	R\$	2.450.792,84

Art. 2º Para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior serão utilizados como recurso o superávit financeiro apurado na fonte de recursos abaixo relacionados.

2613085	R\$	90.015,56
2001001	R\$	16.595.607,19
2004000	R\$	50.045,54
1044000	R\$	1.258,57
2574001	R\$	2.450.792,84

Art. 3º O crédito da dotação constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de janeiro de 2022.

Câmara Municipal de Pouso Alegre, 15 de fevereiro de 2022.


Reverendo Dionísio
PRESIDENTE DA MESA


Dr. Arlindo Motta Paes
1º SECRETÁRIO



PROJETO DE LEI Nº 1.283, DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022

Autoriza a abertura de crédito especial na forma dos artigos 42 e 43 da Lei 4.320/64.

Autor: Poder Executivo

A Câmara Municipal de Pouso Alegre Estado de Minas Gerais, aprova e o Chefe do Poder Executivo sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário especial, para criação de dotações orçamentárias na LOA/2022 com recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 19.187.719,70 (dezenove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) abaixo discriminado.

Função	Sub Função	Pro-grama	Projeto/Atividade	Elemen-to	Descrição	Fonte	Valor
0026	0782	0013	2652	3336045	Subvenção ao transporte Coletivo	2001001	R\$ 15.886,69
0013	0392	0005	2079	3339039	FUNDO MUNICIPAL PATRIMÔNIO CULTURAL DE POUSO ALEGRE - FUMPAC	2001001	R\$ 478.548,07
0013	0392	0013	0002	3335041	CONTRIBUIÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DO TURISMO	2001001	R\$ 21.179,57
0015	0451	0029	1160	3449051	PAVIMENTAÇÃO/RECAPEAMENTO E DRENAGEM DA RUA ANTONIO SCODELER	2001001	R\$ 617.508,94
0020	0608	0012	1155	3449052	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - CONVÊNIO	2001001	R\$ 122.859,89
0027	0812	0036	1141	3339093	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS	2001001	R\$ 926,50
0015	0451	0029	1077	3449051	Programa Avançar Cidades Implantação de Drenagem urbana no bairro primavera	2001001	R\$ 2.574,52
0015	0451	0029	1072	3449051	Obras de Implantação da Avenida Faisqueira	2001001	R\$ 20.293,04
0027	0812	0036	1184	3449051	Reforma do Ginásio Poliesportivo	2001001	R\$ 22.337,19
008	0244	0025	2047	3319011	Manutenção do Auxílio Financeiro no enfrentamento à COVID 19	2613085	R\$ 90.015,56
0017	0512	0031	1101	3339039	Equipamentos e Material Permanente para Elaboração e Revisão de Planos e Legislação Municipal	2701011	R\$ 150.000,00
0017	0512	0031	1096	3339039	Obras de Construção e Recuperação Ambiental	2701011	R\$ 263.624,64
0017	0512	0031	1096	3339039	Obras de Construção e Recuperação Ambiental	2701002	R\$ 480.630,18
0017	0512	0031	1101	3339039	Equipamentos e Material Permanente para Elaboração e Revisão de Planos e Legislação Municipal	2701002	R\$ 500.000,00
0026	0781	0042	2194	3339039	Manutenção de Atividades Aeropotuárias	2701003	R\$ 66.796,26
0018	0541	0031	2095	3339039	Conservação, Preservação e Recuperação Ambiental	2701005	R\$ 60.667,86



008	0244	0025	2025	3339039	Fundo da Infância e Adolescência	2701006	R\$ 1.625.935,43
008	0244	0025	2025	3339030	Fundo da Infância e Adolescência	2701006	R\$ 50.000,00
008	0541	0031	2095	3339039	Conservação, Preservação e Recuperação Ambiental	2701012	R\$ 95.838,41
0015	0451	0029	2092	3449052	Manutenção do Departamento de Infraestrutura	2704000	R\$ 51.304,11
0011	0010	0122	0002	3449061	Aquisição de Imóveis	2001001	R\$ 12.000.000,00
0026	0782	0041	2197	3339039	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE TRÂNSITO - FUNTRAN	2574001	R\$ 2.450.792,84

Art. 2º Para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior serão utilizados como recurso o superávit financeiro apurado na fonte de recursos abaixo relacionados.

2613085	R\$ 90.015,56
2001001	R\$ 16.595.607,19
2004000	R\$ 50.045,54
1044000	R\$ 1.258,57
2574001	R\$ 2.450.792,84

Art. 3º O crédito da dotação constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 5º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de janeiro de 2022.

Pouso Alegre, 10 de fevereiro de 2022.

RAFAEL TADEU Assinado de forma digital
por RAFAEL TADEU
SIMOES:45754
276672
Dados: 2022.02.11
11:59:57 -03'00'

Rafael Tadeu Simões
Prefeito Municipal

RICARDO Assinado de forma digital
por RICARDO HENRIQUE
HENRIQUE SOBREIRO:4830461
1600
Dados: 2022.02.11
12:00:23 -03'00'

Ricardo Henrique Sobreiro
Chefe de Gabinete



JUSTIFICATIVA

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Excelentíssimos Senhores Vereadores,

O Projeto de Lei que ora apresentamos a esta Egrégia Câmara tem por objetivo criar dotações orçamentárias e elementos de despesas visando ajustar ações e programas já definidas anteriormente na Lei Orçamentária anual para o ano de 2022.

A abertura de crédito ora proposta visa promover os ajustes necessários para pagamento de despesas realizadas nos últimos dias do exercício de 2021, que ainda necessitavam realizar medições e demais procedimentos necessários à instruir processos de pagamento.

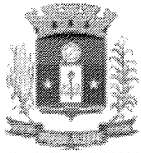
Também está incluído neste Projeto de Lei a adequação de vínculo/fonte orçamentária de despesas de vigilância sanitária que recebe recursos específicos.

Assim submetemos à apreciação

Pouso Alegre, 10 de fevereiro de 2022.

RAFAEL TADEU Assinado de forma digital
por RAFAEL TADEU
SIMOES:457542 SIMOES:45754276672
76672 Dados: 2022.02.11 12:00:59
-03'00'

Rafael Tadeu Simões
Prefeito Municipal



MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE
Prestação de Contas
Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro LRF Art 16, Inciso I
Vínculo: 1001001 Período: Fevereiro/2021



Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para com a finalidade de Impacto Orçamentário e Financeiro, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o seguinte parecer, Considerando os dados.

Fonte de Recursos: 1001001 - GERAL

Impacto	2021	2022	2023
Ativo Financeiro Inicial (I)	61.579.472,32	61.579.472,32	61.579.472,32
Passivo Financeiro Inicial (II)	34.404.352,79	34.404.352,79	34.404.352,79
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	27.175.119,53	27.175.119,53	27.175.119,53
Resultado Aumentativo (Acumulado)	118.457.947,55	118.457.947,55	118.457.947,55
Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)	118.243.428,21	118.243.428,21	118.243.428,21
Receita (V)	63.427.681,42	63.427.681,42	63.427.681,42
Interferências Ativas (VI)	54.815.746,79	54.815.746,79	54.815.746,79
Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário(VII)=(VIII)	214.519,34	214.519,34	214.519,34
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	214.519,34	214.519,34	214.519,34
Resultado Diminutivo	25.806.883,49	25.806.883,49	25.806.883,49
Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)	25.802.168,71	25.802.168,71	25.802.168,71
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	21.802.168,71	21.802.168,71	21.802.168,71
Interferências Passivas (XI)	4.000.000,00	4.000.000,00	4.000.000,00
Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)	4.714,78	4.714,78	4.714,78
Decrécimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	4.714,78	4.714,78	4.714,78
Resultado Projetado	0,00	0,00	0,00
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	92.441.259,50	92.441.259,50	92.441.259,50
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	119.826.183,59	119.826.183,59	119.826.183,59
Demonstrativo do Impacto	1.271.321,94	0,00	0,00
Fontes de Compensação	0,00	0,00	0,00
Resultado Orçamentário Final Reprojetoado	92.441.259,50	92.441.259,50	92.441.259,50
Resultado Financeiro Final Reprojetoado	119.826.183,59	119.826.183,59	119.826.183,59

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 05/02/2022 08:07:03:00:03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atefenda.net/6163634767>



Conclusão
Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000



Assinado eletronicamente
por:
JULIO CESAR DA SILVA
TAVARES:53272692649
532.726.926-49
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS



MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE
Prestação de Contas
Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro LRF Art 16, Inciso I
Vínculo: 1907006 Período: Fevereiro/2021



Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para com a finalidade de Impacto Orçamentário e Financeiro, em cumprimento ao disposto no inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o seguinte parecer, Considerando os dados.

Fonte de Recursos: 1907006 - OPERAÇÃO DE CRÉDITO

Impacto	2021	2022	2023
Ativo Financeiro Inicial (I)	15,58	15,58	15,58
Passivo Financeiro Inicial (II)	1.415.263,99	1.415.263,99	1.415.263,99
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	(1.415.248,41)	(1.415.248,41)	(1.415.248,41)
Resultado Aumentativo (Acumulado)	31,16	31,16	31,16
Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)	15,58	15,58	15,58
Receita (V)	15,58	15,58	15,58
Interferências Ativas (VI)	0,00	0,00	0,00
Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário(VII)=(VIII)	15,58	15,58	15,58
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	15,58	15,58	15,58
Resultado Diminutivo	2.595.529,58	2.595.529,58	2.595.529,58
Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)	2.595.529,58	2.595.529,58	2.595.529,58
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	2.595.529,58	2.595.529,58	2.595.529,58
Interferências Passivas (XI)	0,00	0,00	0,00
Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)	0,00	0,00	0,00
Decréscimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	0,00	0,00	0,00
Resultado Projetado	0,00	0,00	0,00
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	(2.595.514,00)	(2.595.514,00)	(2.595.514,00)
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	(4.010.746,83)	(4.010.746,83)	(4.010.746,83)
Demonstrativo do Impacto	1.394.204,38	0,00	0,00
Fontes de Compensação	0,00	0,00	0,00
Resultado Orçamentário Final Reprojetoado	(2.595.514,00)	(2.595.514,00)	(2.595.514,00)
Resultado Financeiro Final Reprojetoado	(4.010.746,83)	(4.010.746,83)	(4.010.746,83)

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/02/2022 08:07:43 -03:00
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: https://cfc.atendia.net/06/19/00/03/387



Conclusão
Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000



Assinado eletronicamente
por:
JULIO CESAR DA SILVA
TAVARES:53272692649
532.726.926-49
SECRETARIO DE
ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS



MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE
Prestação de Contas
Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro LRF Art 16, Inciso I
Vínculo: 1177004 Período: Fevereiro/2021



Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para com a finalidade de Impacto Orçamentário e Financeiro, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o seguinte parecer, Considerando os dados.

Fonte de Recursos: 1177004 - CEMIG

Impacto	2021	2022	2023
Ativo Financeiro Inicial (I)	1.697.568,60	1.697.568,60	1.697.568,60
Passivo Financeiro Inicial (II)	(120.190,08)	(120.190,08)	(120.190,08)
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	1.817.758,68	1.817.758,68	1.817.758,68
Resultado Aumentativo (Acumulado)	1.778.392,75	1.778.392,75	1.778.392,75
Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)	1.776.066,44	1.776.066,44	1.776.066,44
Receita (V)	1.776.066,44	1.776.066,44	1.776.066,44
Interferências Ativas (VI)	0,00	0,00	0,00
Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário(VII)=(VIII)	2.326,31	2.326,31	2.326,31
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	2.326,31	2.326,31	2.326,31
Resultado Diminutivo	775.280,80	775.280,80	775.280,80
Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)	775.280,80	775.280,80	775.280,80
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	775.280,80	775.280,80	775.280,80
Interferências Passivas (XI)	0,00	0,00	0,00
Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)	0,00	0,00	0,00
Decréscimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	0,00	0,00	0,00
Resultado Projetado	0,00	0,00	0,00
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	1.000.785,64	1.000.785,64	1.000.785,64
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	2.820.870,63	2.820.870,63	2.820.870,63
Demonstrativo do Impacto	26.967,02	0,00	0,00
Fontes de Compensação	0,00	0,00	0,00
Resultado Orçamentário Final Reprojetoado	1.000.785,64	1.000.785,64	1.000.785,64
Resultado Financeiro Final Reprojetoado	2.820.870,63	2.820.870,63	2.820.870,63

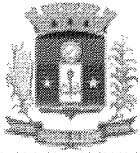
Conclusão
Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000



Assinado eletronicamente
por:
JULIO CESAR DA SILVA
TAVARES:53272692649
532.726.926-49
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM 05/02/2022 08:08:03-03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: https://www.pousoalegre.mg.gov.br/portal/assessoria





MUNICÍPIO DE POUSO ALEGRE
Prestação de Contas
Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro LRF Art 16, Inciso I
Período: Fevereiro/2021



Estimativa do impacto orçamentário-financeiro para com a finalidade de Impacto Orçamentário e Financeiro, em cumprimento ao disposto no Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000 e, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias, emitimos o seguinte parecer, Considerando os dados.

Fonte de Recursos: - Todos

Impacto	2021	2022	2023
Ativo Financeiro Inicial (I)	319.722.424,88	319.722.424,88	319.722.424,88
Passivo Financeiro Inicial (II)	201.000.893,51	201.000.893,51	201.000.893,51
Situação Financeira Inicial (III)=(I - II)	118.721.531,37	118.721.531,37	118.721.531,37
Resultado Aumentativo (Acumulado)	248.568.980,24	248.568.980,24	248.568.980,24
Resultado Aumentativo Orçamentário (IV)=(V + VI)	248.306.396,40	248.306.396,40	248.306.396,40
Receita (V)	124.861.789,20	124.861.789,20	124.861.789,20
Interferências Ativas (VI)	123.444.607,20	123.444.607,20	123.444.607,20
Resultado Aumentativo Extra-Orçamentário(VII)=(VIII)	262.583,84	262.583,84	262.583,84
Acréscimos Patrimoniais no Financeiro (VIII)	262.583,84	262.583,84	262.583,84
Resultado Diminutivo	93.638.207,94	93.638.207,94	93.638.207,94
Resultado diminutivo Orçamentário (IX)=(X + XI)	90.288.650,36	90.288.650,36	90.288.650,36
Despesas (Projeção das Despesas Liquidadas) (X)	68.505.225,59	68.505.225,59	68.505.225,59
Interferências Passivas (XI)	21.783.424,77	21.783.424,77	21.783.424,77
Resultado Diminutivo Extra-Orçamentário (XII)=(XIII)	3.349.557,58	3.349.557,58	3.349.557,58
Decrécimos Patrimoniais no Financeiro (XIII)	3.349.557,58	3.349.557,58	3.349.557,58
Resultado Projetado	0,00	0,00	0,00
Situação Orçamentária Antes do Ato (XIV)=(IV - IX)	158.017.746,04	158.017.746,04	158.017.746,04
Situação Financeira Antes do Ato (XV)=(III+IV+VII-IX-XII)	273.652.303,67	273.652.303,67	273.652.303,67
Demonstrativo do Impacto	910.200,00	0,00	0,00
Fontes de Compensação	0,00	0,00	0,00
Resultado Orçamentário Final Reprojetoado	158.017.746,04	158.017.746,04	158.017.746,04
Resultado Financeiro Final Reprojetoado	273.652.303,67	273.652.303,67	273.652.303,67

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/02/2022 08:08 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ck1.net/assine/626>



Conclusão
Atende ao Inciso I do art. 16 da Lei Complementar nº 101-2000



Assinado eletronicamente
por:
JULIO CESAR DA SILVA
TAVARES:53272692649
532.726.926-49
SECRETARIO DE
ADMINISTRACAO E
FINANÇAS



Prefeitura Municipal
de **Pouso Alegre**



DECLARAÇÃO DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DE COMPATIBILIDADE COM A LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E COM O PLANO PLURIANUAL

Declaro, para os fins que o presente projeto de lei orçamentária é compatível com a LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias) no que se refere às metas da Administração, assim como é compatível com o PPA (Plano Plurianual).

Declaro, ainda, com base na estimativa do impacto orçamentário e financeiro que a contratação não afetará em proporção um aumento de despesa.

Pouso Alegre, 04 de fevereiro de 2022



Assinado eletronicamente
por:
**JULIO CESAR DA SILVA
TAVARES:53272692649
532.726.926-49
SECRETÁRIO DE
ADMINISTRAÇÃO E
FINANÇAS**

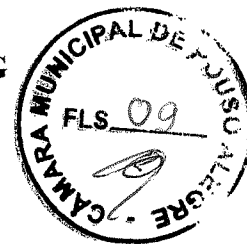
Julio Cesar da Silva Tavares

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 05/02/2022 08:10:03.00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.atafis.n4f961e5d11c96a1>



Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Pouso Alegre - MG



Pouso Alegre, 14 de fevereiro de 2022.

PARECER JURÍDICO

Autoria – Poder Executivo

Nos termos do artigo 79 do Regimento Interno desta Casa de Leis, passamos a analisar os aspectos legais do **Projeto de Lei nº 1.283/2022, de autoria do Chefe do Poder Executivo que “AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64.”**

O Projeto de Lei em análise, nos termos do **artigo primeiro (1º)** que fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário especial, para criação de dotações orçamentárias na LOA/2022 com recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 19. 187.719,70 (dezenove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) abaixo discriminado.

O **artigo segundo (2º)** dispõe que para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior serão utilizados como recurso O superávit financeiro apurado na fonte de recursos abaixo relacionados.

O **artigo terceiro (3º)** aduz que o crédito da dotação constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária.

O **artigo quarto (4º)** que se revogam as disposições em contrário.

O **artigo quinto (5º)** determina que esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de janeiro de 2022.



FORMA

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, determina o seguinte:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

INICIATIVA

A iniciativa privativa do Chefe do Executivo está conforme a Lei Orgânica do Município prevê em seu artigo 45, XII:

Art. 45 – São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre: XII - os créditos especiais.

Art. 69. Compete ao Prefeito: XXIV - enviar a Câmara os recursos financeiros para ocorrer às suas despesas, nos termos do seu orçamento anual, incluídos os créditos suplementares e especiais;

COMPETÊNCIA

A competência desta Casa de Leis para decidir sobre a matéria está definida no artigo 39, I, alínea a, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 167, V, da Constituição Federal:

**Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente;
I - autorizar: a) a abertura de créditos.**

Art. 167. São vedados: V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Corroborando acerca da competência desta Casa de Leis, os ensinamentos de Nelson Nery Costa:



Competem, ainda, à Câmara Municipal diversas outras matérias naquilo que seja classificado como interesse local, podendo ser a aprovação de autorização de empréstimos e operações de crédito, assim como a forma e os meios de pagamento.¹

A fiscalização contábil do Executivo é abordada por Diogenes Gasparini:

Em mais de uma passagem a Constituição da República outorga ao Legislativo competência para participar da função administrativa realizada, precipuamente, pelo Executivo. A contribuição dos órgãos legiferantes para a validade da atuação da Administração Pública acaba redundando em controle, já que lhe cabe aprovar ou autorizar essa atuação.

(...)

A fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da União cabe ao Congresso Nacional, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (CF, arts. 70 e 71).

(...)

O mesmo pode se dizer em relação aos Municípios. Tais competências são das Câmaras dos Vereadores, auxiliadas pelas Cortes de Contas locais, e, onde estas não existirem, pelo Tribunal de Contas competente, observado, é claro, o que especificamente a Constituição Federal lhes atribuiu no art. 31 e seus quatro parágrafos.²

Concordante tem sido o entendimento de James Giacomoni sobre o controle orçamentário:

O exercício do controle externo é da competência do Poder Legislativo, que conta para tal com o auxílio do Tribunal de Contas. (...) Essas disposições constitucionais, amplamente assentadas nos aspectos adjetivos da gestão pública, consagram o estabelecido pela Lei nº 4.320/64 em seu artigo 81: O controle da execução orçamentária, pelo Poder Legislativo, terá por objetivo verificar a probidade da administração, a guarda e legal emprego dos dinheiros públicos, e o cumprimento da Lei de Orçamento.

Tanto a Lei Maior, como a lei básica do orçamento (4.320/64) mostram claramente que as questões centrais de interesse do controle externo são os aspectos legais ligados à questão dos dinheiros públicos e à observância dos limites financeiros consignados no orçamento. (grifo nosso).³

¹ Direito Municipal Brasileiro, 8ª ed., GZ Editora, p. 177.

² Direito Administrativo, 8ª ed., Saraiva, 2003, p. 778 a 780.

³ Orçamento Público, 7ª ed., Atlas, p. 234 e 235.

JUSTIFICATIVA DO PROJETO DE LEI



O Projeto de Lei que ora apresentamos a esta Egrégia Câmara tem por objetivo criar dotações orçamentárias e elementos de despesas visando ajustar ações e programas já definidas anteriormente na Lei Orçamentária anual para o ano de 2022.

A abertura de crédito ora proposta visa promover os ajustes necessários para pagamento de despesas realizadas nos últimos dias do exercício de 2021, que ainda necessitavam realizar medições e demais procedimentos necessários à instruir processos de pagamento.

Também está incluído neste Projeto de Lei a adequação de vínculo/fonte orçamentária de despesas de vigilância sanitária que recebe recursos específicos.

REQUISITOS LEGAIS - ARTIGO 16 DA LEI Nº 101/2000

Por fim, cumpre ressaltar que, em obediência ao disposto na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000, em seu artigo 16, incisos I e II, **o Poder Executivo apresentou declaração de que há compatibilidade e adequação da despesa constante do referido Projeto à Lei de Responsabilidade Fiscal – PPA, LOA e LDO e estimativa de impacto orçamentário financeiro.**

Isto posto, S.M.J., **não se vislumbra obstáculo legal** à regular tramitação do Projeto de Lei visto que a proposição em exame se afigura revestida da condição legal no que concerne tanto à competência, quanto à iniciativa, e da condição formal prevista nos artigos 42 e 43 da Lei nº 4.320/64.

Insta registrar que este parecer se refere exclusivamente aos aspectos legais de tramitação, sendo que a questão de mérito cabe única e exclusivamente ao Douto Plenário desta Casa de Leis.



QUORUM

Oportuno esclarecer que é exigido **maioria simples**, nos termos do artigo 53 da L.O.M. e do artigo 56, III, do R.I.C.M.P.A.

CONCLUSÃO

Por tais razões, exara-se parecer favorável ao regular processo de tramitação do **Projeto de Lei 1.283/2022**, para ser para ser submetido à análise das 'Comissões Temáticas' da Casa e, posteriormente, à deliberação Plenária.

Salienta-se que o parecer jurídico, ora exarado, é de caráter meramente opinativo, sendo que a decisão final a respeito, compete exclusivamente aos ilustres membros desta Casa de Leis.

É o modesto entendimento e parecer, S.M.J.

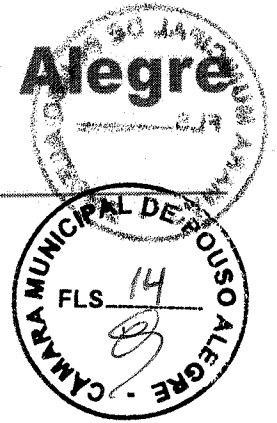
Rodrigo Moraes Pereira
OAB/MG nº 114.586



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



PARECER Nº 18 /2022

RELATÓRIO

A Comissão de Legislação, Justiça e Redação da Câmara Municipal de Pouso Alegre- MG, no uso de suas atribuições legais para exame **DO PROJETO DE LEI Nº 1.283/2022- QUE "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI Nº 4.320/64.**

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento interno desta Casa, combinado com o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica do Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, à esta Comissão de Legislação, Justiça e Redação cabe especificamente, nos termos do artigo 68, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes às matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

O Projeto em estudo tem como objetivo autorizar a abertura de crédito especial na forma dos artigos 42 e 43 da lei 4.320/64. O Projeto de Lei em análise, nos termos do seu artigo primeiro (1º), aduz que: Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito orçamentário especial, para criação de dotações orçamentárias na LOA/2022 com recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 19. 187.719,70 (dezenove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos) abaixo discriminado, segue gráfico indicativo. O artigo segundo reza que: (2º) Para ocorrer os créditos indicados no artigo anterior serão utilizados como recurso O superávit financeiro apurado na fonte de recursos abaixo relacionados, seguindo-se o gráfico com os elementos de despesa. O artigo terceiro aduz que: (3º) O crédito da dotação constante desta lei poderá, caso necessário, ser suplementado no decorrer do exercício financeiro de 2022, dentro do limite estabelecido na Lei Orçamentária. No artigo quarto lemos (4º) Revogam-se as disposições em contrário. E no quinto (5º) Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a data de 03 de janeiro de 2022.



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar

O projeto de lei visa criar dotações orçamentárias e elementos de despesas para ajustar ações e programas já definidas anteriormente na Lei Orçamentária anual para o ano de 2022. Assim a criação de dotações orçamentárias com elemento de despesa adequado através da abertura de crédito ora proposta, visa promover os ajustes necessários para pagamento de despesas realizadas nos últimos dias do exercício de 2021, que ainda necessitavam realizar medições e demais procedimentos necessários à instruir processos de pagamento. Também está incluído neste Projeto de Lei a adequação de vínculo/fonte orçamentária de despesas de vigilância sanitária que recebe recursos específicos

Segue anexa ao Projeto de Lei 1283/2022 gráficos com as fontes de recurso e a Declaração da Adequação Orçamentária e de Compatibilidade com a lei de Diretrizes Orçamentárias e com o plano Plurianual atestando que o mesmo não afetará em proporção aumento de despesa. O que cumpre os requisitos legais do art. 16 da Lei 1001/200, incisos I e II. Deste modo conclui-se que o Poder Executivo apresentou declaração de que há compatibilidade e adequação da despesa constante do referido Projeto à Lei de Responsabilidade Fiscal – PPA, LOA e LDO e estimativas de impacto orçamentário financeiro.

No tocante a iniciativa verifica-se ser competência do chefe do executivo a propositura de projeto de lei que vise a abertura de crédito especial e modificação de dotação orçamentária do executivo o que está conforme a Lei Orgânica do Município prevê em seu artigo 45, XII:

Art. 45 – São de iniciativa privativa do Prefeito, entre outros, os projetos de lei que disponham sobre:

XII - os créditos especiais.

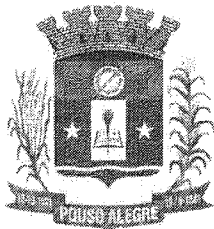
Na legislação encontramos:

A Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, determina o seguinte:

Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo.

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer a despesa e será precedida de exposição justificativa.

A competência da Câmara Municipal para decidir sobre a matéria está definida no artigo 39, I, alínea a, na Lei Orgânica Municipal e no artigo 167, V, da Constituição Federal:



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Art. 39. Compete à Câmara, fundamentalmente;

I - autorizar:

- a) a abertura de créditos.
- b) operações de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento.

Art. 167. São vedados:

V - a abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer **FAVORÁVEL** à tramitação do Projeto de Lei em estudo, eis que não forma constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

Dessa forma, esta Comissão concluiu que o Projeto de Lei nº 1283/2022 cumpriu as condições legais no que tange à competência e à iniciativa.

CONCLUSÃO

Após análise do presente Projeto de Lei nº 1283/2022, a Comissão verificou que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão de Legislação, Justiça e Redação **EXARA PARECER FAVORÁVEL** à tramitação do referido Projeto de Lei, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Pouso Alegre, 14 de fevereiro de 2022.

ELIZELTO GUIDO Assinado de forma digital
por ELIZELTO GUIDO
PEREIRA:049466 PEREIRA:04946602607
02607 Dados: 2022.02.14
17:32:15 -03'00'

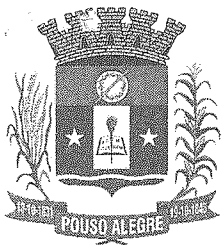
Elizelto Guido
Relator

ANTONIO Assinado de forma
digital por ANTONIO
DIONICIO
PEREIRA:3420923961
PEREIRA:34 5
209239615 Dados: 2022.02.14
17:46:39 -03'00'

Dionício do Pantano
Presidente

OLIVEIRA Digitally signed by
OLIVEIRA ALTAIR
ALTAIR AMARAL:49564579
AMARAL:495 600
64579600 Date: 2022.02.14
17:55:18 -03'00'

Oliveira Altair
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 15 de fevereiro 2022.

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA (CAFO)

RELATÓRIO:

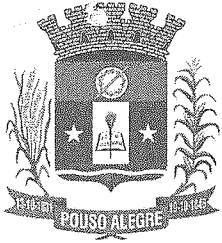
A Comissão de Administração Financeira e Orçamentária da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame ao **PROJETO DE LEI Nº 1.283/2022 QUE "AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ESPECIAL NA FORMA DOS ARTIGOS 42 E 43 DA LEI 4.320/64."**, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA COMISSÃO:

Conforme o artigo 67 e seguintes, do Regimento Interno desta Casa, combinado com o Artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica Municipal, são atribuições das Comissões Permanentes o estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas e, a esta Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária cabe especificamente, nos termos do art.º 69, do Regimento Interno, examinar as proposições referentes as matérias desta natureza que trata este referido Projeto de Lei.

Esta Comissão constatou que o Projeto de lei nº 1.283/2022 tem como objetivo autorizar o Poder Executivo a abrir crédito orçamentário especial, para criação de dotações orçamentárias na LOA/2022 com recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 19. 187.719,70 (dezenove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos).

[Handwritten signature]



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



O Projeto de Lei que ora apresentado tem por objetivo criar dotações orçamentárias e elementos de despesas visando ajustar ações e programas já definidas anteriormente na Lei Orçamentária anual para o ano de 2022.

A abertura de crédito ora proposta visa promover os ajustes necessários para pagamento de despesas realizadas nos últimos dias do exercício de 2021, que ainda necessitavam realizar medições e demais procedimentos necessários à instruir processos de pagamento.

Por sua vez, o Departamento Jurídico desta Casa, após análise, emitiu o parecer Favorável, a Tramitação do Projeto em Estudo, eis que não foram constatados obstáculos legais à tramitação do aludido Projeto de Lei.

CONCLUSÃO:

Após análise do presente Projeto de Lei nº 1.283/2022, verificou-se que a proposta se encontra com todos os requisitos legais preenchidos.

Diante dos fatos narrados, a Comissão Permanente de Administração Financeira e Orçamentária EXARA PARECER FAVORÁVEL à tramitação do referido Projeto, julgando-o apto a ser apreciado pelo Plenário desta Edilidade. É o nosso parecer.

Vereador Odair Quincote
Relator

Vereador Igor Tavares
Presidente

Vereador Leandro Morais
Secretário



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



Pouso Alegre, 14 de fevereiro de 2022

PARECER DA COMISSÃO PERMANENTE DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RELATÓRIO:

A Comissão de Administração Pública da Câmara Municipal de Pouso Alegre – MG, no uso de suas atribuições legais para exame do **PROJETO DE LEI Nº1283 DE 10 DE FEVEREIRO DE 2022**, que autoriza a abertura de crédito especial, emite o respectivo parecer e voto, nos termos regimentais.

FUNDAMENTAÇÃO E CONCLUSÃO DA RELATORIA:

A Constituição da República Federativa do Brasil assegura aos Municípios o direito de legislar sobre assuntos de interesse local, conforme art. 30, I. Consectário da CRFB, o art. 39 da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre atribui ao Poder Legislativo municipal o dever de “*identificar os interesses da comunidade*”, e “*dispor normativamente sobre eles*”.

A seu turno, garantindo o devido processo legislativo, o artigo 37 e parágrafos, da Lei Orgânica, e o artigo 67 e ss. do Regimento Interno Câmara Municipal de Pouso Alegre, determinam a competência das comissões permanentes para estudo e a emissão de parecer acerca das proposições que lhe são apresentadas, carreando-se para a Comissão de Administração Pública (art. 70, RICMPA), o dever de examinar as proposições referentes as matérias desta natureza, vale dizer:

A expressão “Administração Pública” pode ser empregada em diferentes sentidos:

1º – Administração Pública em sentido subjetivo, orgânico ou formal é o conjunto de agentes, órgãos e entidades públicas que exercem a função

Administrativa.

2º – Administração Pública em sentido objetivo, material ou funcional, mais adequadamente denominada “administração pública” (com iniciais minúsculas), é a atividade estatal consistente em defender concretamente o interesse público. No que diz respeito ao aspecto material da administração pública, isto é, utilizada a expressão para designar uma atividade estatal, pode-se distinguir a administração pública lato sensu, compreendendo tanto a função administrativa quanto a função política (ou de governo). Já administração pública stricto sensu abrange exclusivamente o desempenho da função

Handwritten signature and initials.



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



administrativa (MAZZA, Alexandre. **Manual de direito administrativo**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

Neste sentido, a Comissão de Administração Pública analisou o Projeto de Lei que autoriza o Poder Executivo a abrir crédito orçamentário especial, para criação de dotações orçamentárias na LOA/2022 com recursos oriundos de Superávit Financeiro apurado no exercício anterior, no valor de R\$ 19.187.719,70 (dezenove milhões, cento e oitenta e sete mil, setecentos e dezenove reais e setenta centavos). Também verificou a Comissão de Administração Pública que as ações elencadas Projeto de Lei passarão a fazer parte do PPA 2022-2025, do Anexo de Metas e Prioridades da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2022, e Lei Orçamentária 2022.

A Comissão de Administração Pública verificou, ainda, na Exposição de Motivos que o Projeto de Lei tem por objetivo criar dotações orçamentárias e elementos de despesas visando ajustar ações e programas já definidas anteriormente na Lei Orçamentária anual para o ano de 2022, permitindo o pagamento de despesas realizadas nos últimos dias do exercício de 2021 que ainda necessitavam realizar medições e demais procedimentos necessários à instruir processos de pagamento.

Prima facie, a Comissão de Administração Pública assinala que a Câmara Municipal é competente para "autorizar a abertura de créditos, nos termos do art. 39, Parágrafo único, I, "a" da Lei Orgânica do Município.

Outrossim, o orçamento público encontra-se jungido ao princípio da legalidade (art. 37 da CRFB), não devendo a lei orçamentária conter dispositivos estranhos ao orçamento do ente público e suas instituições. Contudo, tal exigência não poderá engessar despesas públicas, porquanto, ao longo do exercício financeiro, situações novas podem despontar, tornando-se forçoso a alteração do orçamento público.

Assim, Constituição prevê a abertura de créditos orçamentários adicionais, capazes de fomentar o custeio de despesas e gastos provenientes de situações imprevisíveis, emergenciais, ou, ainda, lastrear mudanças de estratégia nas políticas públicas.

O crédito especial

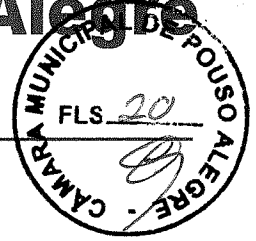
(...) é uma posição intermediária entre o extraordinário e o suplementar. Assim, da mesma forma que o crédito extraordinário, o crédito especial também é aberto em função da inexistência de dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual. Contudo, difere deste porque, além da necessidade de lei autorizativa, sua abertura se dá em relação às despesas novas que surgiram no decorrer do exercício que não se referem às situações imprevisíveis e urgentes como o caso de guerra,



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



comoção interna ou calamidade pública, ou que não possuem categoria de programação orçamentária específica (art. 42, II, da Lei n. 4.320/64). (...). O crédito especial, como já dito, visa a atender despesas novas, não previstas na Lei Orçamentária Anual, mas que surgiram durante a execução do orçamento e, por isso, também carece de recursos disponíveis (CARNEIRO, Cláudio, *Curso de Direito Tributário e Financeiro* – 9. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2020, p. 111)

Todavia, o art. 167, V, da CRFB/88 proíbe a abertura de crédito especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes. Recepcionado e até mesmo corolário da normativa constitucional, o art. 43 da Lei 4320/1964 cognomina ao ente público o dever de discriminar as fontes de recursos para o crédito em tela:

Art. 43. A abertura dos créditos suplementares e especiais depende da existência de recursos disponíveis para ocorrer à despesa e será precedida de exposição justificativa.

§ 1º - Consideram-se recursos, para o fim deste artigo, desde que não comprometidos:

- I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
- II - os provenientes de excesso de arrecadação;
- III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais autorizados em lei; e
- IV - o produto de operações de crédito autorizadas, em forma que juridicamente possibilite ao Poder Executivo realizá-las.

A Comissão de Administração Pública verificou o adimplemento das obrigações do art. 43 da Lei 4320/1964, a teor das disposições contidas nos artigos 2º e seguintes, e Anexos referentes à Estimativa de Impacto Orçamentário e Financeiro, e Declaração de Adequação Orçamentária e de Compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual.

Por derradeiro, a Comissão de Administração Pública verificou na Exposição de Motivos do Projeto de Lei, que a dotação orçamentária permitirá pagamento de despesas realizadas com obras públicas, auxílios para enfrentamento à COVID-19, manutenção de atividades aeroportuárias, dentre outras elencadas no art. 1º, do Projeto de Lei, refletindo, de forma patente, o interesse público.

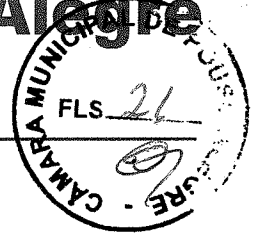
Elaborar um planejamento estratégico é tarefa complexa, pois exige pesquisas, estudos e análises minuciosos, discussões com os interessados, ouvindo-se todos aqueles que integram o órgão e também os cidadãos, que são os beneficiários finais de sua atividade, para que sejam estabelecidas democraticamente as prioridades que



Câmara Municipal de Pouso Alegre

- Minas Gerais -

Gabinete Parlamentar



melhor reflitam o interesse público (Conti, José Mauricio. *Levando o direito financeiro a sério: a luta continua* -3. ed. - São Paulo: Blucher, 2019, p. 2)

Diante do exposto, considerando as disposições e justificativa para o Projeto de Lei, segue a conclusão deste Parecer cujos termos estão devidamente apresentados.

CONCLUSÃO:

Em conclusão, considerando a fundamentação exarada, a Comissão de Administração Pública manifesta-se **FAVORÁVEL À TRAMITAÇÃO** do Projeto de Lei 1283/2022, podendo prosseguir em tramitação nos termos da lei.

Igor Tavares
Relator

Vereador Miguel Junior Fomatinho
Presidente

Miguel Junior Fomatinho
2º VICE-PRESIDENTE

Vereador Oliveira Altair
Secretário